

Sumário

Prefácio	XVII
Apresentação	1
1. Considerações iniciais	5
2. Da teoria geral da responsabilidade civil no direito brasileiro	7
2.1 Conceito jurídico de responsabilidade.....	8
2.1.1 Da multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	11
2.2 Notas históricas acerca da responsabilidade civil.....	13
2.2.1 Do Direito Romano.....	15
2.2.2 Do Direito medieval.....	17
2.2.3 Do Direito Canônico.....	18
2.2.4 Do Direito francês – O Código de Napoleão.....	19
2.2.5 Do Direito brasileiro.....	20
2.3 Dos pressupostos gerais da responsabilidade civil.....	24
2.4 Da conduta culposa.....	25
2.4.1 Da conduta humana.....	25
2.4.2 Da conduta humana e da ilicitude.....	27
2.4.3 Do fato próprio, de outrem e da coisa.....	28
2.4.4 Da imputabilidade.....	29
2.4.4.1 Menoridade.....	29
2.4.4.2 Insanidade.....	30
2.4.4.3 Incapacidade.....	31
2.5 Por uma análise da culpa.....	33
2.5.1 Um giro de foco – da ascensão ao declínio.....	33
2.5.2 Dos graus e formas de manifestação da culpa “stricto sensu” (negligência, imprudência e imperícia).....	35
2.5.3 Das espécies de culpa.....	37
2.5.4 “Une contre-offensive de la culpabilité” – a contraofensiva da culpa.....	38
2.6 Do dano e seus desmembramentos.....	39
2.6.1 Da ampliação universal da ressarcibilidade.....	40
2.6.2 Da dignidade da pessoa humana e a tutela dos interesses existenciais.....	41

2.6.3	Novos danos	42
2.6.4	O dano ressarcível nos sistemas abertos e fechados	45
2.6.4.1	O dano ressarcível no Direito brasileiro.....	46
2.6.4.2	O dano ressarcível no Direito Italiano.....	48
2.6.4.3	A convergência entre os sistemas	50
2.7	Do nexos de causalidade	50
2.7.1	Teoria da equivalência das condições – “condictio sine qua non” ...	51
2.7.2	Teoria da causalidade adequada.....	52
2.7.3	Teoria da causalidade direta ou imediata.....	53
2.7.4	Das causas concorrentes	54
2.7.5	Das concausas	55
2.8	Das causas excludentes de responsabilização	56
2.8.1	Do estado de necessidade	56
2.8.2	Da legítima defesa	57
2.8.3	Do exercício regular do direito e o estrito cumprimento do dever legal	58
2.8.4	Do caso fortuito ou força maior.....	59
2.8.5	Da culpa exclusiva da vítima.....	60
2.8.6	Do fato de terceiro.....	60
2.8.7	Da cláusula de não indenizar.....	61
3.	Da condição animal – Pela construção jurídica de uma	
	titularidade para além dos animais humanos	63
3.1	Todos os animais são iguais – o legado de Peter Singer	64
3.1.1	O Princípio da Igual Consideração de Interesses Semelhantes (PICIS)	66
3.2	Do antropocentrismo em meio à era biocêntrica	68
3.2.1	Biocentrismo ou antropocentrismo disfarçado?.....	73
3.3	Uma breve análise acerca do especismo	73
3.3.1	Do pensamento pré-cristão.....	75
3.3.2	A Grécia Antiga e os animais	76
3.3.3	Aristóteles e a razão humana.....	78
3.3.4	Do pensamento cristão	80
3.3.5	A influência do Iluminismo e suas consequências	87
3.4	Senciência – a ciência das sensações e emoções.....	91
3.4.1	Dorência e sofrimento.....	94
3.4.2	Inter-poli-disciplinaridade na ciência jurídica.....	95
3.5	O Estado de bem-estar animal	98

3.5.1	Abolicionismo animal.....	101
3.5.2	A Bioética animal.....	103
3.5.2.1	O ensino e os animais.....	105
3.5.2.2	Vivisseccões	107
3.5.2.3	A pesquisa e os animais.....	108
3.5.3	Comissões de ética animal.....	109
4.	Da tutela jurídica dos animais não humanos – uma perspectiva privada dos “direitos animais”	113
4.1	Da natureza jurídica dos animais não humanos	114
4.1.1	A “descoisificação” dos animais não humanos	114
4.1.2	Animais como sujeitos de direitos.....	116
4.1.3	Animais como sujeitos-de-uma-vida – A Teoria Incidental de Tom Regan.....	121
4.1.4	Animais enquanto pessoas e assim considerados.....	124
4.1.5	Animais como sujeito-objeto	128
4.1.6	A inclusão da interação afetiva.....	130
4.2	A tutela jurídica dos animais não humanos no direito comparado	132
4.3	A tutela jurídica dos animais não humanos no direito brasileiro	137
4.3.1	O PL do Senado n. 351/2015 – a “descoisificação” brasileira.....	142
5.	Por uma releitura da responsabilidade civil em prol dos animais não humanos	145
5.1	O profissional médico veterinário.....	145
5.1.1	Breve esboço histórico da Medicina Veterinária.....	146
5.1.2	Da responsabilidade civil do médico veterinário	149
5.1.3	Do Código de Ética da Medicina Veterinária – Resolução n. 722/2002 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)..	152
5.1.4	O novo Código de Ética do médico veterinário – Resolução n. 1138/2016 do CFMV	158
5.1.5	Dos Conselhos da Medicina Veterinária	159
5.1.6	Novos rumos para responsabilidade civil do médico veterinário	159
5.2	Da responsabilidade civil do “proprietário” (curador) de animais não humanos	169
5.2.1	Por uma nova nomenclatura: curador sim, proprietário não mais ..	170
5.2.2	A guarda responsável de animais não humanos: guarda x posse....	171
5.2.3	A responsabilidade civil por dano causado por animais	175

5.2.4 A responsabilidade civil por dano causado por animais no direito comparado	177
5.2.5 Pela defesa da vida e de sua subsistência com dignidade – a busca de iguais considerações para seres viventes	180
6. Considerações finais	185
Referências	193